

# Advogados condenam os acordos

Da sucursal e do serviço local

As críticas ao acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e ao modelo econômico brasileiro e a defesa da eleição direta para presidente da República foram os enfoques principais de vários oradores que participaram ontem do Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte. O encontro está sendo realizado na Faculdade de Direito da USP e foi organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, com o objetivo de contribuir para a organização do País nos campos jurídico, político, econômico e social.

Sob o tema geral "A soberania nacional do contexto internacional", Vicente Marota Rangel fez uma análise do comércio internacional, iniciando com a definição do termo "países em desenvolvimento", que classificou de difícil, lembrando que a colocação do País nessa relação tem implicações nas diretrizes da política externa brasileira e em sua posição no Diálogo Norte-Sul.

Lembrou que a Constituição, ao mesmo tempo em que exige que ao Congresso Nacional sejam submetidos os tratados internacionais, dá ao presidente da República total poder para assiná-los, o que resulta em confusão e se subtrai dos legisladores casos como o do FMI.

No mesmo painel, o general Antônio Carlos de Andrada Serpa defendeu a separação da política da economia, por julgar que decisões políticas estão sendo tomadas como se fossem econômicas. Acrescentou ser necessária uma mobilização nacional em defesa da Nação, que considerou ameaçada na sua soberania e independência. Para ele, é necessário um projeto nacional que tenha em vista a independência energética e tecnológica e a ampliação do mercado interno. Para isso, sugeriu o retorno às eleições diretas para a Presidência da República, "uma ruptura pacífica com a intervenção militar na vida política brasileira nos últimos 20 anos".

No painel "Modelo Econômico", o senador Roberto Saturnino (PDT-RJ) afirmou ser a dívida brasileira irresgatável nas condições em que foi contratada, mencionando ainda os sacrifícios impostos à população, "que está pagando os subsídios às exportações, o preço do desemprego e da recessão". Considerou ser necessária uma moratória do tipo feito pelo México, por achar que o Brasil conseguiria um reescalonamento ainda melhor do que o obtido por aquele país.

Rômulo de Almeida, no mesmo painel, lembrou que o crescimento é essencial ao desenvolvimento, sobretudo em uma sociedade pobre, mas a distribuição mais justa não pode esperar pelo crescimento e até pode ser eficaz economicamente para o próprio crescimento estável a longo prazo.

Ainda no tema geral "Modelo Econômico", o jornalista Joelmir Beting disse que, por definição, "recessão é subemprego da terra e não emprego do capital e o desemprego do homem, e que, quando associada a um surto de inflação autotélica, a recessão é o princípio da escravidão. No caso brasileiro, com um mercado de trabalho fortemente pressionado pela oferta demográfica, a sociedade inteira deveria estar discutindo, desde os anos 50, uma política nacional de emprego". Defendeu a criação de uma nova política de emprego que, a seu ver, deverá passar por uma nova organização social competente, que seria uma Assembléia Nacional Constituinte.

"Perdi o sono — respondeu, irônico, o ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, ao comentar a informação de que a OAB iniciará processo contra ele, o ministro do Planejamento, Delfim Netto, e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, por crime de responsabilidade pelo acordo firmado com o FMI. Já o deputado Herbert Levy (PDS-SP) considera que o pior não é o acordo com o FMI, mas que a economia tenha sido vinculada à dívida externa.